

Ata da 15ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 14 dias de dezembro de 2016, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a décima quinta reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Andamento da licitação do Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura; Participação do secretário do Escritório Salvador Cidade Global, Jorge Khoury, para falar sobre o título "Salvador Cidade da Música" conferido pela Unesco; Alteração da data da apresentação dos membros do Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural; Definição das datas das reuniões do CMPC em 2017; 2) Posse dos novos Conselheiros; 3) Apresentação da sugestão do planejamento para o segundo ano da gestão do CMPC; 4) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga); Candidaluz Liberato (Audiovisual); Edvaldo de Jesus Barreto (Cabula-T. Neves/Pau da Lima); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade/São Caetano–Centro/Brotas); Fabiana Dultra Brito (UFBA); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria – Cajazeiras); Joelice Ramos Braga (SMED); José Augusto Saraiva Peixoto (SECIS); Kilson Santana de Melo (Música); Marisa Santiago de Jesus (SPM); Noelia Pires da Silva (Cidade Baixa – Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Rodrigo Cavalcanti (Saltur); Soiane Gomes Paula (Dança); Valcy Evangelista da Silva (SEMUR) e Demian Moreira Reis (Circo). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Dejiária Santiago de Jesus (SEMUR); Emanuel Oliveira Costa (Dança); Evandro Jorge do Espírito Santo (Literatura); Fabrício Cumming de Almeida (Cidade Baixa – Ilhas); Ivam da Silva Almeida (Música); Lúcia Tavares Leiro (Artes Visuais); Marcos Luís Silva Argolo e Mônica Márcia Kalile Passos (SPM). Os servidores da FGM que compareceram foram Gildete Ferreira, Plutarco Drummond, Eric Castro e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião informando que a décima quarta reunião não foi realizada por falta de quórum, portanto, a pauta da plenária seria a mesma. Estava presente o Secretário do Escritório Salvador Cidade Global, que solicitou dar um informe sobre o título de Salvador como Cidade da Música que foi conferido pela Unesco. O Secretário agradeceu a oportunidade de falar com os Conselheiros/as e ressaltou a visão futurista do Prefeito ACM Neto em criar o Escritório Salvador Cidade Global, que executa ações no tempo presente com foco no futuro da cidade, considerando o âmbito internacional, já que as fronteiras estão abertas e há uma interface permanente entre todos os países. O Secretário explicou que o objetivo principal do escritório é identificar e captar projetos especiais e buscar fazer com que Salvador participe do contexto das chamadas redes de excelência nacionais e internacionais. Informou que a cidade está dentro do C40, que tem a ver com o clima; da rede de Cidades Resilientes, que está ligada à melhoria da capacidade de convivência com cidades que sofrem acidentes geográficos; da rede de Cidades Sustentáveis, sendo que Salvador estava na nonagésima nona posição no ranking mundial no início da gestão e agora se encontra na

nonagésima quinta; sendo que a nível nacional é a quinta cidade mais sustentável. Além disso, a cidade foi considerada a melhor cidade na área de mobilidade e a segunda do ponto de vista da saúde em 2016. Ele ressaltou que tem sido feito um esforço muito grande pela gestão municipal em deixar Salvador bem posicionada nos indicadores perante o país e o mundo. Em seguida, o gestor falou sobre a busca pelo reconhecimento de Salvador dentro da Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que contempla um total de cento e dezesseis cidades que estão divididas em sete categorias, que são Música, Cinema, Design, Gastronomia, Literatura, Artes Midiáticas, Artesanato e Artes Folclóricas. Ele alertou que o título não é permanente, sendo que a cidade será avaliada de quatro em quatro anos, e assim deve manter uma postura dentro dos parâmetros do que se pode considerar uma Cidade Criativa. Acrescentou que Salvador ser considerada Cidade da Música não está relacionado apenas com a realização de espetáculos e apresentações musicais, mas sobretudo que a música é um fator de desenvolvimento econômico e inclusão social. O Secretário informou que apenas dezesseis cidades ao redor do mundo conquistaram o título, sendo quatro na América Latina, e Salvador é a única do Brasil. Disse ainda que teve oportunidade de fazer intercâmbios com algumas cidades no Japão, Polônia, Colômbia e Espanha. Considerou que na próxima gestão o corpo técnico da Prefeitura vai estar mais ajustado e serão desenvolvidas ações mais enérgicas no campo da cultura. Lembrou que no dia 11 de dezembro Salvador completou um ano do título de Cidade da Música. O gestor informou também que, por intermédio do trabalho do Escritório Salvador Cidade Global, a cidade vai receber uma piscina olímpica, fruto da realização das Olimpíadas no Brasil, sem qualquer custo e a ideia é de que seja construído um núcleo de excelência do transporte aquático, contemplando as cinco modalidades de esportes praticados em piscina, que são natação, polo aquático, nado sincronizado, saltos ornamentais e a maratona náutica. Agradeceu o espaço e declarou interesse em conhecer melhor os/as Conselheiros/as para interagir e contribuir para que Salvador mereça efetivamente o reconhecimento de Cidade da Música. Acrescentou que o Prefeito e o Conselho Municipal do Carnaval de Salvador (Comcar) decidiram que o tema do Carnaval 2017 será Salvador Cidade da Música, a fim de consolidar o título conquistado e estimular maiores ganhos para a população. O Presidente ressaltou a necessidade de elucidar sobre os reais ganhos para a população, além do reconhecimento simbólico, e destacou a importância dos grupos de identidade afro, como os afoxés, e os gêneros musicais criados aqui, como a *axé music*. Considerou ainda o papel da arte e da cultura como instrumentos para salvar as crianças da periferia e diminuir a marginalidade, a exemplo do Ilê Ayê, o Olodum, o Bagunção, entre outros, a importância de o título simbólico contribuir com a diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais ainda muito presentes na cidade e parabenizou o Secretário. Edvaldo Barreto declarou que é músico e agitador cultural que transita muito pelas comunidades e listou pontos imprescindíveis para que Salvador de fato seja considerada Cidade da Música. Ele disse que o título aumenta a autoestima da cidade e a chamou de “país”, que possui uma potência cultural extraordinária, sendo que os artistas daqui não precisam ir

para outras capitais. Ele declarou que quer contribuir mais e ressaltou a necessidade urgente de descentralizar a música na cidade, tornar Salvador uma potência e não deixar o sertanejo vir pegar as divisas daqui. Em seguida, o Conselheiro se colocou à disposição para ajudar no trabalho do Escritório. Sugeriu ainda que na programação do Réveillon sejam inseridas bandas da cidade que estão no início da carreira. Dejjária Santiago informou a realização da Mostra Criativa Salvador de Arte, Educação e Cultura Negra, no dia 16 de dezembro, no Teatro Gregório de Mattos, sendo que a ação é resultado da parceria entre a SEMUR, a SMED e a FGM. O Presidente informou que no dia 17 de dezembro seria realizado um cortejo cultural do Alto das Pombas, promovido pelo Grupo Griô de Memória e Ancestralidade da Ufba e que no dia 20 de janeiro será realizada a Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE) – etapa Bahia. Em seguida, a assessora de Gestão Estratégica da FGM, Gildete Ferreira, informou que foi iniciado o processo licitatório na tarde do dia doze de dezembro na modalidade de técnica e preço para a construção do Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura, já que houve problemas na primeira licitação realizada em novembro, sendo que todos foram desclassificados na fase da entrega de documentação. Ela informou que houve uma suspensão do processo para a análise dos documentos apresentados porque foi apresentado um quantitativo muito grande que teria que ser avaliado e o resultado seria divulgado na segunda-feira seguinte (19). Em seguida Gildete Ferreira informou sobre o adiamento da apresentação dos membros do Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural ao CMPC e que eles devem se reunir no mesmo dia que o CMPC no Teatro Gregório de Mattos, para possibilitar a apresentação de todos os onze integrantes. Para isso, seria necessário estabelecer um calendário com a sugestão de datas para as próximas reuniões, o qual deve ser submetido ao subgerente dos espaços culturais da FGM, Chicco Assis, para aprovação. José Saraiva informou que, com o advento do PDDU dezenove novos parques foram criados no território da cidade, por meio da Secretaria Cidade Sustentável (SECIS), sendo que um deles será o Parque em Rede Pedra de Xangô. Acrescentou que será realizada uma reunião inicial para discutir a minuta do regimento do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental na segunda-feira (19), na subprefeitura de Cajazeiras, para a qual estão sendo convidados vários grupos e associações do local. Ele informou ainda que no segundo domingo de fevereiro será realizado o tradicional Amalá de Xangô, quando certamente será realizada a cerimônia de tombamento da Pedra de Xangô como patrimônio imaterial do Município e a posse dos novos Conselheiros. Evandro Jorge perguntou a Gildete Ferreira se o projeto Boca de Brasa iria voltar, visto que nele são esclarecidas à sociedade questões sobre o Plano Municipal de Cultura. Rita Santos perguntou a José Saraiva se as entidades ligadas ao povo de terreiro foram contatadas, visto que foram os primeiros a trabalhar com a Pedra de Xangô e ela não estava sabendo de nada. Ela informou ainda que integra o Conselho Municipal das Comunidades Negras (CMCN) que discute o assunto e também não foi informado. Citou também a Associação Cultural de Preservação da Cultura Afro-Ameríndia (AFA) e a Associação Cultural do Patrimônio Bantu (Acbantu). José Saraiva informou que o conselho será eleito pela comunidade e que a administração convidou representantes das quatro linhas de matriz africana, que são o povo

jeje, bantu, ketu e angola, que a reunião é aberta e que as ações serão realizadas da melhor forma possível. Paulo Hermida sugeriu a José Saraiva conversar com Rita Santos para lista as comunidades e enviar um convite formal a elas. Fernando Guerreiro respondeu sobre o Boca de Brasa e informou que viu uma necessidade muito grande de tirar do projeto o caráter de evento, ou seja, não ser mais uma coisa que passasse, mas que ficasse. Explicou que existe um projeto intitulado “Espaços Boca de Brasa”, nos moldes dos pontos de cultura, e prevê a criação de um espaço específico em cada prefeitura-bairro, onde serão trabalhados durante todo ano o que o projeto promovia em uma semana. Além disso, pretende-se criar espaços para os grupos culturais se reunirem, ensaiarem e trabalharem fora do caráter de evento, o que é uma demanda do setor cultural da cidade. O gestor da FGM disse que o assunto está sendo discutido regimentalmente e que o projeto deve ter um caráter estruturante, sendo uma possibilidade para a próxima gestão. Em seguida, o Presidente alertou para a utilização eficiente do grupo do Whatsapp formado pelos Conselheiros, visto que alguns membros estão divulgando informações irrelevantes e fora do objetivo da ferramenta, o que desfavorece a visibilidade de informações que realmente importam. Paulo Hermida observou que houve um número maior de Conselheiros presentes na reunião, que foi realizada em dia diferente, quarta-feira, sendo que regularmente a plenária ocorre nas terças-feiras, além disso, chegaram mais cedo. Então perguntou se quarta-feira é um dia melhor para as reuniões. O Presidente falou que a razão poderia ser que naquele dia seria realizada a posse de novos Conselheiros. Fernando Guerreiro informou que na quarta-feira já há atividades no teatro, como a montagem de espetáculos. Informou também que o processo de liberação da nova sede da FGM já está quase concluído, sendo que o prédio terá espaços específicos para os conselhos, o que significa que as atividades do CMPC não ficarão mais à mercê da disponibilidade do TGM. Acrescentou que as obras de construção e reforma devem ser iniciadas em janeiro. Rodrigo Cavalcanti informou que o Conselho de Turismo se reúne nas quartas-feiras, o que impossibilita a sua participação e de Érico Mendonça, secretário da Secult, e seus respectivos suplentes nas reuniões do CMPC. Em seguida o Presidente sugeriu que a posse dos Conselheiros fosse colocada como o último ponto de pauta e finalizada com a confraternização, o pleno concordou. Plutarco Drummond informou que estavam abertas as inscrições para o credenciamento de artistas, grupos, instituições culturais sem fins lucrativos e produtores culturais microempresários que quisessem participar da programação cultural promovida pela FGM. O técnico explicou que a ação consiste numa forma oficial de viabilizar a contratação de artistas e garantir isonomia na participação de todo mundo, contemplando todos os territórios e linguagens, sendo que o prazo seria finalizado no dia 23 de dezembro. Acrescentou que a ferramenta iria possibilitar a participação das pessoas em projetos e ações da FGM, como o “Pelourinho Dia e Noite”, “Viver o Mercado”, entre outras, e que a validade do credenciamento dura até dezembro de 2018. Em seguida, o Presidente apresentou uma proposta de planejamento das ações do CMPC em 2017, com o objetivo de otimizar as reuniões ordinárias e trabalhar com previsibilidade, possibilitando aos Conselheiros e às comissões realizarem um trabalho planejado e apresentar os resultados nas reuniões.

Ressaltou as demandas oriundas da sociedade civil que estão sob a responsabilidade das comissões temáticas, as quais precisam dar uma resposta. Para dezembro de 2016 e janeiro de 2017 foi proposta a discussão sobre o Carnaval e o Presidente informou que conversou com o presidente do Conselho Municipal do Carnaval (Comcar), Pedro Costa, sobre o CMPC ter uma cadeira no órgão. Sergio Costa respondeu que se trata de um projeto de lei, logo somente a Câmara de Vereadores pode alterar, sendo necessário o CMPC dialogar com vereadores para que apresentem projeto de lei indicando a inclusão de mais uma cadeira no Conselho do Carnaval. O Presidente ressaltou também a necessidade de participar do debate sobre a programação do Carnaval, que ocorre durante as reuniões do órgão, portanto será necessário conhecer o calendário das reuniões do conselho, e a Coordenação Colegiada ficou de visitá-los, sendo que o Comcar se comprometeu a fazer um convite formal. O outro ponto apresentado para esse período foi a devolutiva da comissão de Economia da Cultura sobre os corredores culturais da cidade. Fernando Guerreiro falou que o projeto consiste em potencializar corredores culturais da cidade que já desenvolvem negócios relacionados à economia criativa, a exemplo da Rua do Curuzu e o bairro de Santo Antônio Além do Carmo. Para os meses de janeiro, fevereiro e março o Presidente sugeriu os seguintes pontos: Organização de seminário para discutir o Plano Municipal de Cultura (PMC) e Diálogo com o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O objetivo do seminário sobre o PMC deve ser apresentar à população como se dará o diálogo entre o poder público e a sociedade civil sobre a construção do documento. Paulo Hermida ressaltou que, além da sociedade civil, o CMPC deverá participar do processo de construção do plano de forma ativa e não apenas haverá um evento no final do processo aberto para a sociedade. Fernando Guerreiro lembrou que o Conselho conta com quinze titulares e seus suplentes que representam a sociedade civil, e a discussão deve ser iniciada internamente e somente após que a discussão estiver madura abre-se o debate para a sociedade civil. O Presidente lembrou da comissão que se ocupou de acompanhar o processo de licitação para a construção do Diagnóstico do PMC, mas Paulo Hermida ressaltou a importância de todos os Conselheiros participarem do processo e destacou que essa é uma das funções mais relevantes do CMPC, sendo que pode ser formada uma comissão para acompanhar mais de perto, já que a anterior já esgotou o seu objeto. O Presidente sugeriu que a mesma comissão traga para as reuniões ordinárias informes sobre o processo de construção do plano, sendo que em cada reunião deve ser reservado um espaço para isso. Ficou resolvido ainda que o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural deve ser convidado para participar da reunião ordinária de janeiro, sendo que devem ser discutidos o Reconhecimento do Samba Junino como Patrimônio Cultural de Salvador, o Tombamento da Pedra de Xangô, a Padronização das vestimentas das baianas de Salvador, o Parecer sobre o Memorial das Baianas e da Praça da Cruz Caída e o Monumento a Mestre Bimba em Amaralina. Kilson Melo expressou indignação com o movimento de pessoas evangélicas que vendem acarajé na cidade e considerou que a situação está insuportável, sendo que o Conselho tem que tomar providência. Lembrou que na reunião estavam representantes da Associação das Baianas de Acarajé, Mingaus, Receptivos e

Similares do Estado da Bahia (ABAM) e que os baianos e baianas deveriam estar trabalhando dentro dos padrões. Sugeriu que o assunto fosse discutido na reunião de janeiro. Fernando Guerreiro lembrou que o assunto já foi discutido em uma plenária do CMPC. Noélia Pires disse que pediu ajuda da SEMOP, mas em relação às baianas, a Secretária Rosemma Maluf informou que a Prefeitura não tem pernas para fiscalizar. Ela informou que mora em São Marcos e que lá não tem baianas de acarajé legítimas, mas apenas evangélicas que vendem em um banho-maria e não respeitam a padronização que tem que ter e por isso ela pediu uma fiscalização no bairro. Ela informou que esteve em Brasília no mês de novembro e estava lutando para que as baianas pudessem retomar o título de Patrimônio Imaterial que está vencido e precisa ser renovado, mas para isso é necessário que elas trabalhem vestidas à caráter. Acrescentou que a ABAM não tem poder de fiscalização de governo, já que é uma entidade da sociedade civil. Ela ressaltou a importância de discutir isso no Conselho para ver se dá para fazer um link com a SEMOP e a ABAM. Fernando Guerreiro perguntou por que a associação não aciona o Ministério Público Federal. Rita Santos informou que já foi ao Ministério Público, ficou três horas em uma sala com seis promotores e a resposta que obtiveram foi que acionaram a SEMOP várias vezes, mas nenhum representante compareceu à reunião. Ela respondeu que deveria ser por conta da eleição, visto que a secretária Rosemma havia dito que depois das eleições a secretaria iria fazer uma megaoperação. Rita Santos lembrou que a eleição já passou, o prefeito vai tomar posse e nada se fez. Ela informou também que recebeu uma mensagem de uma pessoa que mora na Barra que se colocou no lugar de um turista e comprou acarajé e abará no Farol da Barra que estavam azedos. Acrescentou que sabe quem é a baiana e que ela não faz nenhum curso de capacitação que a ABAM promove, nem os que são realizados pela Universidade Católica por que ela não é cobrada pelos órgãos responsáveis. Fernando Guerreiro sugeriu que, depois da reunião de planejamento estratégico da Prefeitura, o CMPC convoque quem estiver à frente da SEMOP para voltar a tratar do assunto em janeiro. O gestor da FGM sugeriu que ao mesmo tempo tente-se fazer uma grande matéria na imprensa e a ABAM crie uma mobilização na televisão, já que hoje a força dos evangélicos é muito grande, não é simplesmente um grupo solto, é uma batalha danada e não se está lidando apenas com uma transgressão, mas com uma força que é muito grande. Edvaldo Barreto lembrou do “Bolinho de Jesus”, que custa um real e comparou com o acarajé de Cira, que custa dez reais com camarão. Ele informou que na av. Sete e na rua das Mercês o acarajé custa sete reais e isso faz parte da economia, e denominou o mais barato como o “Uber do Acarajé”. Rita Santos informou que tinha ido a uma reunião no Ministério Público junto com Kilson Melo, pois foi chamada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-BA), já que tem baianas que chegam a levar até dez crianças para vender acarajé na praia. Ela disse que o MPT-BA informou que a multa referente a cada criança custa quatrocentos e cinquenta reais, mas a ABAM não pode fazer nada. A Conselheira esclareceu que o decreto estabelecido pela Prefeitura informa quantas pessoas podem trabalhar nos tabuleiros. Acrescentou que foi estabelecida uma data específica em janeiro em que o MPT-BA vai levar um mutirão para fazer uma fiscalização surpresa na praia e

quem estiver fora dos padrões terá que pagar a multa. Paulo Hermida disse que essa é a única forma possível de fazer a fiscalização. Perguntou se as baianas que fazem capacitação têm algum tipo de credencial. Rita Santos respondeu que a Prefeitura nunca fez capacitação e que os cursos promovidos são resultado da parceria entre ABAM, a Universidade Católica e o SEBRAE e que dão certificado, mas as baianas perguntam para quem devem fazê-los. Ela disse que foram credenciadas cento e vinte baianas, mas não há forma de dar um diferencial para elas. Ressaltou que o documento da Prefeitura diz que quando a baiana tiver que renovar a licença, ela deve apresentar um certificado, mas ninguém tem licença. Paulo Hermida reforçou que a Prefeitura não tem capacidade de fiscalizar toda cidade o tempo todo, mas poderiam ser feitos sistemas de blitz que fazem aparições repentinas nos bairros e se a baiana tiver um certificado, ela o apresenta no momento da fiscalização, ficando coberta. Sugeriu ainda articular com o MPT-BA um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que obriga a Prefeitura a interferir em relação àquelas baianas que não estão enquadradas nesse padrão. Rita Santos lembrou que o decreto não fala de religião, mas informa que a baiana que for trabalhar em logradouro público deve ter licença e estar vestida de saia, bata e torso, mas isso não é cobrado. Paulo Hermida disse que o TAC reforçaria o trabalho de fiscalização da Prefeitura e exemplificou a retirada das barracas de praia, que foi possibilitada por uma decisão judicial, visto que a Prefeitura brigou anos por isso, mas não conseguia resolver o problema, até que a Justiça ordenou e a Prefeitura atuou com respaldo jurídico, logo poderia se tentar uma solução da mesma forma no caso das baianas. O Presidente destacou a intolerância religiosa com o povo de axé e o aspecto econômico da venda de acarajés, sendo que há uma demonização da cultura, mas fazem uso delas na viabilidade econômica e mudando o nome das tradições. Convidou a ABAM para estar à frente do projeto e sugeriu que até janeiro seja redigido um texto que deve ser discutido nas redes e no e-mail, sendo que o material deve ser apresentado na reunião ordinária do mesmo mês. Rodrigo Cavalcanti lembrou de movimentos que fogem do aparato legal e conseguem aderência da sociedade. Sugeriu a criação de um movimento chamado “Baiana Legal”, que deixe a sociedade ciente de que existem regras, normas e princípios de vigilância sanitária e sugeriu que a ação seja feita por meio da parceria entre o SEBRAE e a ABAM. O Conselheiro alertou que somente em seguida deve ser feita a mobilização com a mídia, pois se for para a imprensa simplesmente denunciar, pode motivar, por exemplo, uma matéria contrária da Record, de religião evangélica, informando que a intenção é acabar com os empregos. Então é preciso pensar estrategicamente e informar não apenas que é legal, mas aliar um movimento. O Presidente sugeriu articulação com o Coletivo de Entidades Negras (CEN) e todas as instituições que têm contribuído nessa luta. Valcy Evangelista sugeriu que o CMPC aprovasse uma proposição para que fosse criado dentro da Guarda Municipal um grupamento de combate à descaracterização da cultura afro, no que diz respeito à culinária e vestuário específico para esse fim, com telefone para denúncia, para que a repressão possa alcançar um êxito com mais amplitude. Defendeu que se só será possível se tiver um grupo específico para esse assunto, já que se fiscaliza tudo ao mesmo tempo. Emanuel Oliveira perguntou se no cadastro do

Microempreendedor Individual (MEI) consta a atividade baiana de acarajé. Rita Santos respondeu que tem MEI, mas nele não consta o termo baiana de acarajé. E lembrou que solicitou no governo anterior que o Ministério do Trabalho reconhecesse a atividade como profissão, mas com o impeachment o processo parou. E informou que MEI e baiana de acarajé não tem relação. Fernando Guerreiro sugeriu que as próximas reuniões sejam realizadas nos dias 24 de janeiro, 14 de fevereiro e 21 de março, sendo que as datas devem ser avaliadas pelo subgerente de Espaços Culturais da FGM. Evandro Jorge sugeriu que sejam convocados os titulares e suplentes para as reuniões. Gildete Ferreira informou que os suplentes sempre são chamados quando os titulares informam previamente a sua ausência. Para os meses de abril, maio e junho o Presidente sugeriu que sejam discutidas as demandas da Federação Baiana das Quadrilhas Juninas, do Movimento Hip Hop, do Movimento das Valsas e sobre o Mestre João Pequeno de Pastinha. Fabricio Cumming e Noélia Pires informaram que a população do bairro de Santo Antônio não quer aceitar o busto na praça nem colocar nome no circuito do Carnaval no local e a comissão ficou de se reunir com a associação dos moradores sobre o impasse. Acrescentaram que Mestre Curió sugeriu que o busto seja instalado no Forte da Capoeira. Rita Santos informou que em 2017 será realizada a Conferência Nacional de Cultura, sendo que ela e Noélia Pires já foram convocadas para reuniões em Brasília para discutir os temas. Então o Município deve se preparar para realizar a edição municipal. Rodrigo Cavalcanti retomou o tema do Hip hop e informou que a Saltur realizou o Festival de Hip hop no Dia Internacional do Hip hop (12 de novembro), no Espaço Cultural da Barroquinha, envolvendo os grupos que se apresentaram ao CMPC e, através de uma mobilização com o vereador Suíca, está se tentando criar o Dia Municipal do Hip hop na mesma data internacional e calendarizar o festival. Em relação ao Movimento Livres Livros, o representante da Saltur informou que já foram instaladas quatro bibliotecas públicas na cidade por meio de patrocínio. Fernando Guerreiro lembrou que, graças ao diálogo entre o CMPC e o Movimento Hip hop, a manifestação está em destaque no Programa Viva Cultura e que existe um item específico no texto da lei que institui o programa. Rodrigo Cavalcanti ressaltou a importância do diálogo entre os grupos culturais da cidade e os Conselheiros nas reuniões ordinárias, o que possibilita que seja construído um mapeamento cultural e que essa iniciativa deve ser mantida. O Presidente destacou a importância de dar retorno à sociedade civil. Rita Santos informou que recebeu uma solicitação do Movimento do Hip hop pedindo liberação da Praça da Cruz Caída para realização de evento e de feira nos dias 14 de janeiro e 4 de fevereiro. Ela disse ainda que enviou ofício para a Saltur sobre isso e pedindo liberação para que os afoxés possam ensaiar no local. O Presidente lembrou também que o Movimento do Hip hop solicitou participação na programação no Carnaval e Rodrigo Cavalcanti respondeu que será instalado o Palco Multicultural no Centro Histórico que vai contemplar a manifestação cultural. Jadson Nascimento informou que entrou em contato com o Movimento das Valsas e que não teve sucesso, no entanto, ele conversou com o Conselheiro Emanuel Oliveira, que é integrante do movimento, e vai identificar as dificuldades e demandas e irá levar os encaminhamentos para o Conselho. Rodrigo Cavalcanti informou que através do Escritório Salvador

Cidade Global e do projeto Salvador Cidade da Música, a Skol, que é patrocinadora da Prefeitura, está promovendo música em diversos locais da cidade em um projeto chamado “Canto Skol”. Ele disse que a quadra do bloco Apaches no Tororó foi completamente reformada e o Solar Boa Vista já recebeu duas edições do projeto. Acrescentou que estão tentando que a quadra do Apaches vire local de ensaio de outros afoxés, com o objetivo de ampliar o uso do espaço reformado. Ele informou que a Skol está recebendo projetos de revitalização de espaços e que, caso algum Conselheiro quisesse, poderia encaminhar o projeto à Saltur, que vai entregar à Ambev, visto que ela está reformando espaços culturais simbólicos em diversas cidades do país. Em seguida, o Presidente observou que podem ser dadas as devolutivas das comissões temáticas ao Movimento Livres Livros e ao Movimento Hip hop e uma resposta para o grupo de samba Botequim, que solicitou o busto de Mestre João de Pastinha. Fabricio Cumming informou que está à disposição para ajudar na demanda do Movimento das Valsas, e elogiou a qualidade dos grupos da cidade. Kilson Melo sugeriu que a comissão buscasse ver com os solicitantes do busto de Mestre João de Pastinha se ele pode ser construído em outro bairro, a exemplo de Cajazeiras, assim como o circuito do Carnaval. Para os meses de julho e agosto foram definidas como pauta o Fórum da Palavra Soteropolitana, atividade referente à comissão de Literatura. Marisa Santiago informou que a proposta consistia em ir às comunidades e buscar as demandas do setor de literatura da cidade. Ela informou que não conseguiu pauta em espaços culturais do Município, mas destacou que foi ao seminário das bibliotecas comunitárias, participando ativamente do evento, o qual funcionou como um termômetro, pois possibilitou que tivessem conhecimento de tudo o que saberiam por meio do fórum. Ela disse que foi feito um relatório e que estão buscando soluções, sendo que posteriormente serão apresentadas ao pleno. O Presidente sugeriu que a comissão de Literatura articulasse com Rodrigo Cavalcanti para ver as demandas do Movimento Livres Livros. Ele retomou o tema das conferências nacional, estadual e municipal de cultura e destacou a necessidade de os Conselheiros ficarem atentos ao calendário de realização e comungá-lo com o planejamento para as eleições do próximo mandato do CMPC. Em seguida, o Presidente leu o Termo de Posse dos novos Conselheiros e os convidou para frente e assinatura do documento. Foram nomeados no Diário Oficial do Município os novos Conselheiros representantes do Poder Público: Sandra Maria Ribeiro Velloso (SECULT), Ticiane Burgos Rezende Freitas (SEDES), Marisol Lusquinos de Souza (SEMGE), Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ), Valcy Evangelista da Silva (SEMUR), Maria Elisa Campos Pereira (IPHAN), Antonio Roberto Pellegrino Filho (IPAC), Fabiana Dultra Brito (UFBA) e José Roberto Severino (UFBA). Os novos Conselheiros representantes da Sociedade Civil eleitos em eleição suplementar foram Lucia Tavares Leiro (Artes Visuais), Demian Moreira Reis (Circo), Nino Rezende de Oliveira (Barra-Pituba/Itapuã-ipitanga), Idelfonso Santos Conceição (Cabula-Tancredo Neves /Pau da Lima) e Marcos Luís Silva Argolo (Valéria/Cajazeiras). Estiveram presentes e tomaram posse os Conselheiros Fabiana Dultra Brito (UFBA), Valcy Evangelista da Silva (SEMUR), Lucia Tavares Leiro (Artes Visuais), Demian Moreira Reis (Circo), e Marcos Luís Silva Argolo (Valéria/Cajazeiras). O pleno aplaudiu os Conselheiros empossados e o

Presidente deu-lhes boas-vindas. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 14 de fevereiro de 2017.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____

23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____